

Ata NÚMERO 12
SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE setembro DE 2011

Aos 24 dias do mês de setembro do ano de dois mil e onze, reuniu, ordinariamente pelas 9.00 horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Amarante, a Assembleia Municipal de Amarante.

A Mesa da Assembleia Municipal foi constituída pelos senhores:

Dr. Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, o senhor Manuel Antunes de Magalhães e a Dra. Olga Samões respetivamente Presidente e Secretários.

A Câmara Municipal fez-se representar pelos senhores Dr. Armindo José da Cunha Abreu, Dra. Octávia Clemente, Dr. Abel Coelho, Senhor Carlos Pereira, Dr. José Luís Gaspar, Dr. António Araújo e Dr. Jorge Mendes, respetivamente Presidente da Câmara e Vereadores.

Feita a chamada verificou-se que estavam presentes os senhores:

Pedro Cunha, Ercília Gonçalves Costa, Amélia Oliveira, Raimundo Carvalho, Luís Rua Van Zeller Macedo, Avelino Teixeira Carmo, Olívia da Conceição Carvalho, Olga Maria Carvalho Samões, Eduardo Jorge Medeiros Pinto, Carlos Marques Silva Macedo, Manuel Basto Carvalho, Manuel Antunes de Magalhães, Cristina Lucinda Teixeira, Carla Babo, **Fernando Gabriel Teixeira**, Joaquim Vieira Soares, Carlos Manuel Azevedo Pereira, Fernando Silva Soares Carneiro, Maria Rosa Castro Estebainha, Eduardo Oliveira Pinheiro, Vítor Briga Rei, Marco Carneiro, **Elisa Antunes**, **Jorge Daniel Bessa Pinto**, **José António Ribeiro**, Raquel Canito, José Augusto Silva, Hélder Justino Barros, Fernando Carlos Cerqueira, Susana de Fátima Mesquita Ribeiro, Natália Gonçalves, Manuel Cândido Mendes Costa, **Luís Teixeira Ricardo**, **Hernâni Carneiro**, António Duarte, Ana Rita Batista e Maria de Fátima Peixoto.

Estavam também presentes os Presidentes de Junta de Freguesia de:

AMARANTE (S. GONÇALO) – Artur Correia

ABOADELA – António Joaquim R. Gonçalves

ABOIM – Manuel Agostinho F. Moura – Substituído por Maria Emília Brás Meireles

ANSIÃES – Armando Batista Carvalho

ATAÍDE – Lino Manuel S. Macedo

BUSTELO – Carlos Alberto Pereira Gomes

CANADELO – António Dias Vitória

CANDEMIL – Manuel Fernando Coelho

CARNEIRO – Joaquim Briga
CEPELOS – Américo Paulo S. Ribeiro
CHAPA - António Cândido Alves Pinheiro
FIGUEIRÓ (St^a Cristina) – Fernando Teixeira Mendes
FIGUEIRÓ – Daniel Pinheiro
FREGIM – Joaquim Ribeiro Sousa e Castro
FREIXO DE BAIXO – Alfredo Carvalho
FREIXO DE CIMA – Abílio Neves
FRIDÃO – José Manuel Magalhães Teixeira
GATÃO - Joaquim Augusto Pinto Coelho
GONDAR – António Bastos Teixeira
GOUVEIA S. SIMÃO – Liliana Ribeiro
JAZENTE – Manuel Pinheiro
Lomba –Paulo Vasconcelos,
LOUREDO – Carlos Magalhães
LUFREI – António Alexandrino F. Magalhães
MADALENA – António Pinheiro, substituído por Alfredo Carvalho
MANCELOS – Carlos César Carvalho
OLIVEIRA - Vítor Hugo Rocha Vieira substituído por António José
Magalhães Coelho
OLO – Manuel António Leite Ribeiro, substituído por Rui Leite
PADRONELO – Luís Silva
REAL – José Augusto Sousa Oliveira
REBORDELO – José Meireles Machado, substituído por Paulo Ribeiro
SALVADOR – António Gomes Pinheiro
SANCHE – Henrique Monteiro
TELÕES – Domingos Teixeira Pinheiro
TRAVANCA – Fernando Cunha
VARZEA – Abílio Sampaio
VILA CAÍZ – António Jorge Vieira Ricardo
VILA CHÃ – Rui Coelho
VILA GARCIA – Manuel Teixeira

Justificaram em devido tempo a falta o senhor Presidente da Junta de Carvalho de Rei e o senhor deputado Henrique Batista.

Foi de imediato dada posse como membro da Assembleia Municipal ao senhor José António Ribeiro que substituiu nesta sessão a senhora deputada Sandra Marinho.

Feita a chamada e verificada a existência de Quórum foi dado início à leitura da correspondência.

De seguida foi feita a leitura do seguinte Voto de Pesar:

“Na sequência do falecimento do pai do Exmo Senhor Vereador Carlos Pereira vem esta Assembleia apresentar as mais sentidas condolências à família enlutada e propor um voto de pesar por tão infausto acontecimento”. Terminada a leitura foi guardado um minuto de silêncio

Deu entrada na Mesa da Assembleia Municipal uma Moção, subscrita pelos senhores deputados da CDU e do BE relacionada com as medidas da Troika para o nosso país e em concreto com a reforma administrativa. A Moção encontra-se nos anexos desta ata, denominada ANEXO.

De seguida a sua admissibilidade à discussão foi posta à votação. Foi então admitida à discussão com uma abstenção e setenta e três votos a favor. Usaram da palavra os senhores:

DRA. ERCILIA COSTA – PS

No uso da palavra começou por dizer que o assunto proposto pela Moção é muito melindroso e precipitado da parte da Assembleia Municipal. Ninguém está submisso e só se submete quem quer. É verdade que a sociedade está aparentemente tranquila, mas muito intranquila no seu interior. Estamos a sofrer medidas muito rigorosas, mas continuamos a achar que continua tudo igual. Hoje a realidade mundial é outra. Ainda não sabemos, como é que vão ser agrupadas as freguesias porque ainda não há um projeto de reforma administrativa. É isso que interessa discutir. A introdução da Moção é ofensiva e por isso vão votar contra.

DRA. AMÉLIA OLIVEIRA – PSD

No uso da palavra, começou por dizer que subscrevia algumas das palavras da oradora anterior. O Grupo Municipal do PSD vai votar contra. Disse ainda não concordar com os considerandos da Moção, porque ainda não se conhece a proposta do governo e por isso não nos devemos precipitar. Terminou a intervenção dizendo ao senhor deputado António Duarte que a CDU passa a vida a reclamar reformas, mas quando se fazem quase sempre é contra elas.

PROF. PAULO VASCONCELOS – PRESIDENTE DA JUNTA DA FREGUESIA DA LOMBA

No uso da palavra senhor Presidente da Junta começou por dizer que o tema é caro aos Presidentes de Junta de Amarante, mas também o é para o resto do país. A Troika pede a eliminação de 1000 a 1500 freguesias, o que leva a restem cerca de 35% a menos. Dessa percentagem algumas têm menos de 600 eleitores. Agora, é preciso redefinir e reorganizar o território, porque a reforma, a acontecer é necessária. Devemos é refletir o que queremos para o país no que diz respeito à eficácia e à prestação de serviços. É preciso ver o que é que o país precisa. É preciso ver o que é que cada freguesia pode dar à população. Perguntou para que caminho vamos e que limites é que vão ser impostos? Disse ainda que neste momento as juntas não dão uma resposta clara às populações. As verbas do estado são cada vez mas exíguas e não chegam para as necessidades. É urgente alterar as leis. Terminou a sua intervenção alertando que é preciso fazer uma reflexão e um debate sério à volta deste assunto.

SR. AVELINO CARMO – PS

No uso da palavra, começou por dizer que o Partido Socialista já está habituado a que a CDU diga que o PS vota sempre contra as Moções que a CDU apresenta. Isso nem sempre é verdade. O PS ao assinar a Troika, fê-lo conscientemente e a bem do país. Referiu-se à Moção como sendo

extemporânea. É realmente necessário fazer uma reforma administrativa. Todos temos consciência que é necessário ter um bom serviço de saúde, um bom ensino etc, mas isso só será de todo possível se se fizer essa reforma. Não devemos ser populistas nem demagogos. Quando sair legislação devemos procurar o melhor para o país e em especial para a nossa região. Terminou dizendo que a demagogia não dá votos.

DRA. ELISA ANTUNES – BE

No uso da palavra, disse que quer se queira quer não o Partido Socialista assinou o acordo com a Troika. Não podem alguns continuar a fazer de conta que não o fizeram. O BE e a CDU diz a verdade, mostra a realidade e não pretende ofender ninguém.

SR. JOSÉ ANTÓNIO RIBEIRO – PS

No uso da palavra disse que se absteve porque não concorda com a redação da Moção. Há efetivamente necessidade de redução. Agora não podemos fazer essa redução a régua e esquadro. As freguesias agrupadas ou não, tem de ter uma voz mais ativa. A reforma é fundamental para o país e vai defender essa posição.

SR. ANTÓNIO DUARTE – CDU

No uso da palavra começou por dizer ao senhor Avelino Carmo que por mais respeito que tenha por ele, em termos de seriedade política não lhe admite algumas das palavras que usou na intervenção que fez. Quem ouviu o senhor Avelino Carmo até fica a pensar que o primeiro parágrafo da Moção é mentira. Com a Moção apenas pretendem fazer uma avaliação à reação das populações. Estamos a discutir efeitos e a descurar as causas. O investimento nas freguesias é cada vez menor. Não tem sido feito nada para fixar as pessoas, o que leva a que a desertificação seja cada vez maior. As causas de tudo isto tem sido das políticas erradas dos sucessivos governos. Para tornar tudo esta situação ainda mais agressiva a Troika quer reduzir as freguesias e os municípios. Disse não ter dúvidas em afirmar que o caminho a percorrer para contrariar o estado a que o país chegou é a regionalização, que provavelmente também trará alguns problemas, embora não fossemos continuar a viver num país cada vez mais concentrado de pessoas no litoral e despovoado no interior. A regionalização é mais justa, mais competitiva, mais participativa em suma mais democrática com um orçamento de estado melhor repartido, com as decisões de poder mais próximo. Deve haver coragem política para que nos próximos anos se possa implantar a regionalização política e administrativa em Portugal. Se assim não vier a ser, passaremos a vida inteira a lembrar Eça de Queirós que dizia que “Portugal é Lisboa e o resto é paisagem”.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, passou de imediato à votação da Moção. Apuraram-se os seguintes resultados:

VOTOS A FAVOR – 3

ABSTENÇÕES – 26

VOTOS CONTRA – 42 o que levou a que moção fosse rejeitada.

DRA. ANA RITA BATISTA - PSD

No uso da palavra a senhora deputada começou por referir as palavras de Ana Portela, porta voz da CP que disse que “a CP quer poupar 2,4 milhões de euros deixando de assegurar transportes alternativos nas linhas ferroviárias que estão encerradas (linhas do Corgo e Tâmega, ramal da Lousã e os troços entre Guarda e Covilhã e entre a Figueira da Foz e Pampilhosa). A CP entende que não deve operar como operador rodoviário. Faz sentido assegurar transportes alternativos por motivos de obras nas linhas e quando se sabe que a circulação vai ser retomada”.

A linha do Tâmega foi desativada. Os carris acabaram por ser retiradas, deitando por terra a esperança de muitos de que fosse reabrir. Neste momento estamos a braços com o eventual fim dos transportes alternativos, uma vez que é quase certo a circulação não será retomada.

Como vai ser assegurado o transporte da população que utiliza esse meio de deslocação? Que se propõe fazer o executivo camarário? Preveem a criação de alternativas? Já ponderaram, por exemplo, a possibilidade de utilização de um mini-autocarro no atual traçado da linha?

Continuou a intervenção referindo-se aos CENSOS que mostram que Amarante perdeu cerca de 3188 habitantes. No distrito do Porto só Amarante, Baião, Santo Tirso e Porto perderam população. É preciso refletir no sentido de saber porque é que Amarante perdeu essa população. Os jovens saem de cá para estudar e não regressam. É urgente dinamizar o concelho, é urgente atrair investimento, fixar indústria, incentivar a natalidade, criar uma rede de transportes eficaz, procurando a coesão nacional e não deixando que Amarante definha.

Terminou a intervenção referindo-se à grade que foi colocada no Arquinho. Tem fraca visibilidade e a breve prazo aquele espaço vai tornar-se num caixote de lixo e maus cheiros, além de não haver nenhuma placa informativa que dê a conhecer o que está por debaixo da grade.

SR. AVELINO CARMO – PS

No uso da palavra começou por dirigir uma pergunta ao senhor Vereador do Trânsito, perguntando-lhe se tinha conhecimento que a Junta de S. Gonçalo ia dar outro nome à rua interior da zona do mercado, hoje rua Pedro Alvellos? Continuou a intervenção referindo-se a um linha amarela colocada ao longo da rua que dá acesso à Avenida 1º de maio, onde num dia de mercado não pôde sequer parar porque ao tentar fazê-lo foi alertado pela GNR que não o podia fazer. Hoje, quase perdido que está o hábito de ir ao mercado, com atitudes destas ainda mais difícil fica aceder àquele local, seja para efetuar compras, seja para carregar as compras. Foi-lhe dito pelo Guarda em questão que “os Amarantinos tem a mania de estacionar em lado a lado com outros”. Disse-lhe entretanto que existe uma postura de trânsito, ao que este lhe respondeu que quem decide são eles. A continuar assim teme que algum dia o impeça de poder entrar em casa. Pede que a Câmara tenha atenção a estes casos que em nada dignificam.

ENG. VAN ZELLER – PSD

No uso da palavra começou por referir-se a um relatório mandado elaborar pela Câmara do Marco de Canavezes sobre a situação da albufeira do Torrão. Enquanto membro da Assembleia Municipal e da Assembleia Intermunicipal comunica que o assunto foi tratado nesta última Assembleia, por sua proposta, sendo que o senhor Presidente da Comunidade a levou a discussão. Saiu dali a promessa de que o assunto iria ser debatido pelo representante da ARH Norte.

DRA. ELISA ANTUNES – BE

No uso da palavra, disse que teve conhecimento que a CP ia deixar de efetuar os serviços rodoviários alternativos que até hoje tem feito. Que sabe o executivo acerca disto?

Referiu-se de seguida a uma prova de BTT que se realizou no passado fim de semana e que segundo conta reuniu cerca de 700 ciclistas. Que apoios deu a Câmara a este evento?

Terminou a intervenção referindo-se ao despejo a céu aberto dos esgotos do Arquinho durante 10 dias. O que se passou?

SR. ANTÓNIO DUARTE – CDU

No uso da palavra começou por referir-se ao mau estado da estrada Jazente/Carvalho de Rei. Que explicação tem o executivo para aquela situação que a continuar, impede quase as populações de se poderem deslocar?

Continuou a sua intervenção referindo-se à linha do Tâmega, pediu ao Executivo que, paralelamente a luta contra o seu encerramento, tente a eletrificação da linha do Douro. Se isso vier a acontecer, e entretanto forma criados horários compatíveis entre os comboios da Linha do Tâmega e dos da linha do Douro, ainda poderá acreditar que vamos ter a linha do Tâmega a funcionar. Se isso não vier a acontecer, parece-lhe que tudo não passará de promessas.

DR. ARMINDO ABREU - PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra, começou por referir-se ao posto de abastecimento do Marão, dizendo que toda a polémica tem a ver com interesses comerciais. O proprietário da Jorimpes há de cansar. Não é por falar mais alto que passa a ter razão.

Continuou a intervenção dizendo que concorda com o senhor deputado António Duarte quando este diz que é preciso apostar no melhoramento da linha do Douro. Se isso vier a acontecer, terá de haver uma boa articulação entre os horários de Amarante, Livração e Vila Meã. Todos sabemos que a linha do Tâmega estava insegura. A Secretária de Estado da altura prometeu a sua recuperação. Nessa mesma altura houve remodelação governamental e a obra foi suspensa. Neste momento, juntamente com o senhor Presidente da Câmara do Marco, já pediu uma

reunião com o atual Secretário de Estado. Estão à espera. Enquanto Presidente de Câmara defende a sua recuperação, se isso for de todo possível. Se não for possível, mas forem encontradas boas alternativas, aceitá-las-á.

Continuou a intervenção dizendo que é verdade que Amarante, S. Tirso, Baião e Porto perderam população. Tem tudo a ver com a crise no setor da construção civil, com especial impacto nas obras públicas. A economia suportava-se nesse setor. Nesta altura a população movimentava-se para outros lados. Nos últimos 10 anos Amarante aumentou o número de famílias. Agora, envelhecemos mais rapidamente. Os municípios do litoral têm população a mais ao contrário do interior onde falta. É preciso alterar a mentalidade da produção da riqueza. Não há nenhuma empresa de transportes de materiais pesados que se queira instalar no interior.

Continuou a intervenção referindo-se de seguida às obras do largo Conselheiro António Cândido para dizer que houve quem quisesse o espaço coberto com uma placa de vidro. Tal não foi possível porque o projeto tem de ser respeitado. O parecer do IPAAR também. Quanto ao vidro, segundo os técnicos, não era a melhor solução por causa das humidades que se formavam e impediam a visibilidade.

DR. VITOR REI – PSD

No uso da palavra, o senhor deputado começou por perguntar ao senhor Presidente da Câmara se para ele Amarante é litoral ou interior. De seguida referiu que Vila Real aumentou a população, Bragança também, Felgueiras idem. Só Amarante diminuiu e pela análise dos números verifica-se que o valor que aqui baixou subiu mais ou menos na mesma proporção noutros concelhos. Afinal algo se passa.

Continuou a intervenção referindo-se a uma entrevista que o senhor Presidente da Câmara deu ao Jornal de Noticias, onde diz que a CP faz o que quer. Perguntou-lhe se desde aquela data até hoje ainda tem a mesma opinião?

Nesta altura, foram concedidos mais dois minutos ao senhor Presidente da Câmara, uma vez que este já havia esgotado o tempo, para que ele pudesse prestar os esclarecimentos atrás solicitados.

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra o senhor Presidente disse que a CP e REFER nunca ligaram muito bem com as autarquias. Nunca sabem de nada e quando fazem alguma coisa nunca dão conhecimento a ninguém. São dois “monstros” com quem é quase impossível dialogar.

No que diz respeito aos números populacionais, disse que Amarante mantém índices iguais aos do Vale do Sousa. Felgueiras, vai-se aguentando porque se vai suportando nas pequenas fábricas de calçado e na atividade operária caseira. Por exemplo, Fregim aumentou a população, fruto da quantidade de indústrias ali instaladas que fixam as pessoas.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Neste período da Assembleia Municipal, inscreveram-se para usar da palavra os senhores: Jorge Pereira da Silva, morador no Queimado e António Adelino morador no Bairro cancela de Abreu.

O primeiro a usar da palavra foi o senhor Jorge Pereira da Silva, que leu um texto de título "Construção duma fossa cética no parque da área de serviço do Marão". O texto encontra-se nos anexos desta ata onde pode ser lido na íntegra.

De seguida usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, que respondendo às palavras do senhor Jorge Pereira da Silva disse que ele não é proprietário da empresa e como tal não tem legitimidade para vir defendê-la. Não deve continuar a esconder-se, para tentar eximir-se dos credores. Quem tem de resolver os problemas dos efluentes é a Jorimpes, porque é essa empresa a responsável por aquilo que ali se vê. Não se tente que a Câmara lhe queira encerrar o posto. Disse-lhe ainda para ele registar as ações na Jorimpes para depois poder falar com ele a sério.

O senhor António Adelino referiu-se à construção da Barragem de Fridão perguntando se tem havido algumas reuniões entre a Câmara e a EDP de que não se tenha conhecimento. Que contrapartidas têm a Amarante caso a barragem seja construída? Questionou também o senhor Presidente da Câmara acerca da reabertura ou não da Linha do Tâmega. Afinal o que se passa? Tem havido alguma reunião acerca do futuro da linha?

Relativamente à barragem, o senhor **Presidente** respondeu ao senhor António Adelino que não há reuniões secretas. Está tudo escrito. Há protocolos aprovados. Aliás propõe que seja criada uma agência de desenvolvimento regional para gerir as contrapartidas. Se for aprovada a construção Amarante receberá uma verba de 6 milhões de euros. As contrapartidas são razoáveis se forem suportadas por crédito.

Relativamente à linha do Tâmega disse-lhe que há sempre a nostalgia pelas "coisas bonitas". A maioria das linhas não é hoje sustentável. Mostrá-las a turistas é razoável, mas não é isso que vai resolver a mobilidade das populações. Não podemos viver de ideias feitas. Não se encerram hoje alguns transportes por vergonha, mesmo sabendo dos prejuízos que isso acarreta. Cada vez há menos dinheiro para foguetórios.

PERIODO DE ORDEM DO DIA

PONTO Nº 1 – APROVAÇÃO DA Ata DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE junho DE 2011

Usaram da palavra os senhores:

ENG. LUIS VAN ZELLER – PSD

No uso da palavra, o senhor deputado disse que relativamente à intervenção que fez, que se encontra na página 6 da ata, devia ser adotado

outro procedimento na elaboração da ata. Ou se transcreviam na íntegra os textos das intervenções ou se remetia para a sua leitura nos anexos devidamente identificados. Ao resumir-se as intervenções tira-se-lhes por vezes o sentido que o autor lhe pretendeu dar.

No texto da sua intervenção, devia constar a pergunta que fez ao senhor Presidente da Câmara, pergunta essa do seguinte teor: “Qual devia em sua opinião, ser a estratégia a adotar pelos concelhos Ribeirinhos do Tâmega no seu conjunto desde a nascente em Espanha/Verim, até à sua foz em Entre-os-Rios, considerando-os todos como potenciais poluidores?”

DR. VITOR REI – PSD

No uso da palavra, o senhor deputado referiu-se ao facto de não constarem os anexos na pasta das atas da Assembleia Municipal insertas na página eletrónica do município. Fazia sentido que constassem, para se perceber melhor o sentido de muitas das intervenções que ali constam.

Como mais nenhum senhor deputado se inscreveu para usar da palavra, foi a ata de imediato posta à votação. Apuraram-se os seguintes resultados:

VOTOS CONTRA – 0

ABSTENÇÕES – 7

VOTOS A FAVOR – 47

A ata foi também aprovada em minuta por UNANIMIDADE, para produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 2 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DO RELATÓRIO DE Atividades DA CÂMARA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Ninguém usou da palavra

PONTO Nº 3 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA FIXAÇÃO DE TAXAS DE IMI PARA O MUNICÍPIO DE AMARANTE

Usaram da palavra os senhores:

DRA ELISA ANTUNES – BE

Relativamente a este assunto, disse que estava de acordo com a taxa de 0.2 para os edifícios avaliados pelo código do CIMI. Já a taxa de 0.7 para os prédios mais antigos parece-lhe demasiado elevada e por isso aconselha as pessoas que estão tributadas por esta taxa que peçam uma reavaliação dos prédios.

DR. VITOR REI – PSD

No uso da palavra, o senhor deputado disse que concordava com a taxa 0.2, embora também lhe pareça que a taxa de 0.7 é um pouco alta. As pessoas podem e devem pedir uma reavaliação. Não podemos é pactuar com a inoperância das pessoas.

Por sua vez, o senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA**, usou da palavra para dizer que esta medida promove a equidade fiscal. Quem achar que paga demasiado deve pedir uma reavaliação dos prédios. Há, por outro lado, muitas pessoas que não estão interessadas em reavaliar os prédios.

Não havendo mais ninguém inscrito para usar da palavra, o senhor Presidente da Mesa pôs de imediato o assunto à votação. Apuraram-se os seguintes resultados:

VOTOS CONTRA – 1 do BE
ABSTENÇÕES – 1 da CDU
VOTOS A FAVOR – 68

Foi também aprovado em minuta por UNANIMIDADE.

**PONTO N° 4 – Desafetação DE UMA PARCELA DE TERRENO
DOMINIO PÚBLICO, COM A ÁREA 33 M2 PARA
O DOMINIO PRIVADO**

Relativamente a este ponto, usou da palavra a senhora Vice-Presidente que deu uma explicação acerca das razões que levaram ao agendamento deste assunto. Disse que a parcela de terreno faz parte de um pequeno caminho que não tem trânsito e que o proprietário contíguo a esse pequeno espaço o quer comprar para ficar com um pouco de logradouro no seu terreno. Não há impedimento de ninguém.

Mais ninguém quis usar da palavra e o assunto foi de imediato posto à votação. Apuraram-se os seguintes resultados:

VOTOS CONTRA – 0
ABSTENÇÕES – 2 – do BE e da CDU
VOTOS A FAVOR - 69

O assunto foi aprovado em minuta por UNANIMIDADE.

**PONTO N° 5 – ACESSOS EXTERIORES AO NOVO HOSPITAL DE
AMARANTE - DECLARAÇÃO DE RELEVANTE IN-
TERESSE PÚBLICO**

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara, disse que quando a Câmara cedeu o terreno à ARS e esta mais tarde ao Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa pediu a desafetação da RAN e da REN, porque só assim ficava a garantia que o hospital se podia construir. A desafetação foi concedida e a Câmara ficou com a obrigação de fazer os acessos. O município comprometeu-se ainda a comprar mais 3 parcelas de terreno para retificar as extremas do hospital. Depois de se saber qual a área a

impermeabilizar pelos arruamentos foi então pedida uma desafetação global para se poder cadastrar devidamente os terrenos.

Entretanto a CCDRN entendeu que não se devia mexer nos terrenos sem antes ter tudo regularizado. Ficou desagradado com esta decisão porque a Câmara está a fazer uma obra para o estado. Por outro lado antes da obra se iniciar não podemos saber ao milímetro qual a área a desafetar. Perante esta desta decisão pediu a desafetação de 4000 metros para os arruamentos, terrenos esses de REN E RAN. Há também a libertação de uma área de um caminho que entretanto foi desativado.

O hospital está praticamente concluído e os acessos também. Vão agora iniciar o procedimento de legalização de toda esta situação. Vai ser escriturada como direito de superfície toda a área envolvida e fazer com que fique a constar do domínio privado municipal as áreas que não forem utilizadas.

Por isso, é que Assembleia Municipal tem de declarar o interesse público para se poder desafetar aquela área da REN e assim descansar os espíritos mais angustiados da CCDRN.

ENG. VAN ZELLER – PSD

No uso da palavra começou por dizer estar de acordo com a proposta e por isso vai votar a favor. Alertou contudo, para se ter em atenção que essa abertura do acesso não vá eliminar todo o vale de drenagem que existe naquela área. A ligação é muito útil mas não poderá ser motivo para se poder construir ao longo dela. Não se podem abrir precedentes nesse sentido porque se isso viesse a acontecer iria impermeabilizar ainda mais vale.

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara, disse ao orador anterior que as drenagens se mantêm assim como as linhas de água. Isso nunca esteve em causa. Se algumas foram cortadas, foram-no aquando da construção da variante. Quanto à construção ao longo do novo acesso a Câmara fará tudo para o impedir, mesmo sabendo-se que haverão imensas tentativas para o conseguir. Os terrenos sobrantes são da Câmara e nesses não vai haver hipótese. A melhoria deste acesso serve também para a reposição de um antigo acesso.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação. O assunto foi aprovado por **UNANIMIDADE**.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, e cumprida que estava a Ordem de Trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos quando era 12.00 horas do dia 24 de setembro. Da sessão, foi lavrada a presente ata que depois de aprovada será assinada pelo senhor Presidente e pelos Secretários.

O PRESIDENTE_____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO_____

O SEGUNDO SECRETÁRIO_____

